

**MUNICÍPIO DE TONDELA****ATA N.º 33 /2022****REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA
NO DIA 15 DE NOVEMBRO DE 2022****MEMBROS PRESENTES:**

Presidente Fátima Carla Dias Antunes Borges
Vereador Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa
Vereador João Carlos Figueiredo Antunes
Vereador Fernando Simões de Sousa
Vereadora Vera Lúcia Machado
Vereadora Ana Maria Marques Coimbra
Vereador Francisco Duarte Fonseca

MEMBROS QUE FALTARAM:



---- Aos quinze dias do mês de novembro, nesta cidade de Tondela, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a *reunião extraordinária* da Câmara Municipal de Tondela, sob a presidência da senhora presidente da Câmara Municipal, Fátima Carla Dias Antunes Borges, estando presentes os senhores vereadores: Francisco José de Moura Coutinho da Costa e Sousa, João Carlos Figueiredo Antunes, Fernando Simões de Sousa, Vera Lúcia Machado, Ana Maria Marques Coimbra e Francisco Duarte Fonseca. -----

---- A reunião foi secretariada por Maria Isabel Cabral Estrela. -----

---- Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando haver “quorum” para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a senhora presidente declarou aberta a reunião. -----

- Divisão de Adm. Geral, Informática, Modernização Adm, Contratação Pública, Comunicação e Recursos Humanos

- Contratação Pública

1- Anulação da deliberação do ponto 11 da ordem de trabalhos da reunião ordinária de 08/11/2022

---- Atendendo que na reunião de câmara de 8 de novembro de 2022, foi retirado o ponto 12, referente à revisão de preços da empreitada reabilitação da Escola Secundária de Tondela, 2ª fase, lote 1 – Requalificação dos arranjos exteriores, foi proposto a anulação do ponto” 11- Conta final da empreitada Reabilitação da Escola secundária de Tondela, 2ª fase, Lote 1 - Requalificação dos Arranjos exteriores”, da citada reunião, atendendo que o mesmo incorpora a referida revisão de preços. -----

---- A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a anulação do referido ponto, da reunião de 8 de novembro de 2022. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

2- Revisão de preços da empreitada Reabilitação da Escola secundária de Tondela, 2ª fase, Lote 1 - Requalificação dos Arranjos exteriores

---- Foi presente a revisão de preços definitiva da empreitada "Reabilitação de Escola Secundária de Tondela - 2ª fase - lote 1 - Requalificação de arranjos exteriores", calculada nos termos do D.L. 6/2004 de 06 de janeiro, em que resultou um acréscimo no valor de 1 244,10€, com IVA incluído à taxa legal em vigor. -----

---- A senhora presidente solicitou aos senhores vereadores Francisco Coutinho e Fernando Sousa se podia ver o parecer da CCDRC, referido em reunião anterior, sobre prorrogações gratuitas, ao que responderam afirmativamente, tendo o mesmo sido disponibilizado, ficando anexo à ata, passando a senhora presidente à leitura do mesmo. Tendo sublinhado em concordância a parte que refere:”... *Se a prorrogação for gratuita, o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos*

que, na data da prorrogação, se encontrar em vigor...”, situação que ocorria na revisão da Escola Secundária. Acrescentou referindo que segundo o previsto no CCP, a revisão de preços respeitante ao período objeto de prorrogação graciosa, deverá considerar os índices correspondentes ao período em que os trabalhos estavam inicialmente previstos executar, salvo se esse índice for superior ao verificado no mês em questão. Concretizando, a senhora presidente referiu que, conforme se verifica no documento, o período respeitante à prorrogação graciosa refere-se aos meses de fevereiro e março de 2022, que nesses meses o valor dos trabalhos realizados foi de 57.639,87€, cujo valor a rever é de 57.633,20€, estando os mesmos previstos realizar em janeiro, que o índice de janeiro é inferior ao de março (1.171032 contra 1.217500) foi utilizado o índice de janeiro, traduzindo-se num valor de revisão de 9857.12€. Conclui dizendo que “ os índices utilizados são os previstos nas tabelas aprovadas para a revisão de preços, que os critérios de calculo são os previstos no CCP, que apesar de haver prorrogações graciosas o empreiteiro tem direito à revisão de preços nos termos da lei, que o calculo foi realizado nestes termos, traduzindo-se na revisão de preços colocada a deliberação da Câmara, e entendo nestas circunstâncias estarem esclarecidas as questões colocadas na reunião anterior ...” .-----

---- O senhor vereador Fernando Sousa referiu que na reunião de 7 de junho foi presente uma revisão de preços, no valor de 33 056,71€, com IVA incluído à taxa legal em vigor, pelo que no seu entender existe uma utilização abusiva de revisão de preços. Seguidamente e atendendo que desconhece qual era o plano inicial da obra, solicitou a consulta do processo. -----

---- A senhora presidente referiu, que o calculo da revisão de preços cumpria o previsto no Código de Contratos Públicos, que todo o processo seria disponibilizado para consulta, no gabinete de apoio à presidência, no dia da próxima reunião de câmara,

---- Colocada à votação, a Câmara Municipal deliberou por maioria, aprovar a revisão de preços, com as abstenções dos senhores vereadores: Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Maria Coimbra.-----

---- Os senhores Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Coimbra efetuaram uma declaração de voto, que se transcreve: -----

--- “Apesar de nos terem sido esclarecidas as dúvidas colocadas em reunião anterior relativamente à revisão de preços, e como tivemos mais uma semana para analisar o assunto, votámos em abstenção aos dois pontos da ordem de trabalhos, pelas seguintes razões: -----

---- 1 - Esta empreitada resultar de concurso público decorrente de mandato anterior e por não concordarmos com o valor de alguns equipamentos instalados nomeadamente: 40 bancos coletivos no valor unitário de 1197,12€ mais IVA, 24 papelarias no valor unitário de 1002€ + IVA e 6 bancos de cimento no valor unitário de 1.867,4€ + IVA; um total de 82.422,48 + IVA; -----

---- 2 - Pedimos para consultar a descrição dos trabalhos previstos no contrato tendo obtido como resposta que o processo estaria disponível para consulta na próxima reunião de câmara e não foi demonstrada abertura para os consultar na hora - referimos que revisão de preços na ordem dos 63.000€ numa obra de valor global de 250.000€ parece-nos exagerada e que só com a comparação entre o previsto e o efetivamente executado é que poderíamos votar conscientemente.-----



---- 3 - Há problemas nas obras desde o momento da construção e concretamente, no que diz respeito a este contrato, há umas grelhas em volta do pavilhão F que foram colocadas e danificadas durante a pavimentação betuminosa que colocam em risco a segurança dos alunos - alertamos há mais de um ano e ainda nada foi feito; -----

---- 4 - Os valores exagerados dos bancos e papelarias são completamente inaceitáveis e têm de ter responsáveis políticos, quando há laboratórios que foram desmontados e não repostos invocando falta de recursos financeiros.”-----

---- A senhora presidente efetuou uma declaração de voto, que se transcreve:-----

---- “O Decreto-Lei n.º 6/2004, na sua versão atual, de 6 de janeiro estabelece o regime de revisão de preços das empreitadas de obras públicas e de obras particulares e de aquisição de bens e serviços. -----

---- A revisão de preços das empreitadas de obras públicas tem constituído ao longo das últimas décadas uma garantia essencial de confiança entre as partes do contrato, permitindo-lhes formular e analisar propostas baseadas nas condições existentes à data do concurso, remetendo para a figura da revisão a compensação a que houver lugar em função da variação dos custos inerentes à concretização do objeto do contrato. -----

---- “... *As **prorrogações graciosas** do prazo para conclusão do contrato de empreitada contrapõem-se às **prorrogações legais** do prazo para conclusão do contrato de empreitada.* -----

---- *Estas últimas correspondem a um direito do adjudicatário (empreiteiro), previsto na lei (presentemente, no CCP) que, em certos casos, determinam um prolongamento ou ampliação do prazo do cumprimento do contrato por não ter sido possível ao empreiteiro, por razões que não lhe são imputáveis, cumprir o prazo inicialmente previsto.* -----

---- *As prorrogações graciosas do prazo para conclusão do contrato de empreitada correspondem também a um prolongamento ou ampliação do prazo de cumprimento do contrato mas que é concedido pelo dono da obra ao empreiteiro em virtude de este não ir conseguir cumprir o prazo de conclusão previsto por razões que, não obstante lhe serem (ao empreiteiro) imputáveis, o dono da obra entende deverem ser relevadas. Tratam-se, portanto, de prorrogações que não são impostas por lei, por não corresponderem a situações em que a lei determina essa prorrogação de prazo, pelo que são concedidas, ou não, pelo dono de obra (contraente público) conforme este entender razoável e justo, dadas as circunstâncias concretas do caso que fundamentam esse pedido de prorrogação.* -----

---- *A concessão de uma prorrogação graciosa do prazo de execução da empreitada tem de ser compatível com o interesse público de boa conclusão dessa empreitada e para ser concedida terão de existir razões substantivas que, não obstante serem imputáveis ao empreiteiro, merecem ser atendidas. ...”Parecer N.º: DAJ - Proc. 102/2018 Informação N.º: I03797-2018 de 29/10/2018.* -----

---- Estabelece o n.º 1 e 2 do artigo 1º deste decreto que o preço contratual das empreitadas de obras públicas, a que se refere o artigo 97.º do Código dos Contratos Públicos, em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (CCP) fica sujeito a revisão em função das variações, para mais ou para menos, dos custos de mão-de-obra, dos materiais e dos equipamentos de apoio, relativamente aos correspondentes valores considerados no mês anterior à data limite fixada para a entrega das propostas. -----

---- A revisão é obrigatória, com observância do disposto no decreto-lei acima referido e segundo cláusulas específicas insertas nos cadernos de encargos e nos contratos, e cobre todo o período compreendido entre o mês anterior ao da data limite fixada para a

entrega das propostas e a data do termo do prazo de execução contratualmente estabelecido, acrescido das prorrogações legais. -----

---- O plano de pagamentos, definido com base na previsão mensal do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, de acordo com o plano de trabalhos previsto e aprovado nos termos dos artigos 361.º e 361.º-A do CCP, serve de referência nos cálculos das revisões de preços, nos termos do artigo 4º do DL n.º 6/2004 de 6 de janeiro. -----

---- Sempre que o prazo de execução do contrato seja prorrogado, a revisão de preços é calculada com base no plano de pagamentos reajustado. Se a prorrogação de prazo se dever a factos imputáveis ao empreiteiro, este não tem direito a qualquer acréscimo de valor da revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos que, na data da prorrogação de prazo, se encontrar em vigor, nos termos do artigo 13º do referido decreto lei. -----

---- Diz ainda o artigo 14º que nos desvios de prazos, sempre que se verifique atraso por caso de força maior ou imputável ao dono da obra, o empreiteiro deve submeter à aprovação do dono da obra um novo plano de pagamentos reajustado, que serve de base ao cálculo da revisão de preços dos trabalhos por executar. -----

---- Quando se verifique atraso por facto imputável ao empreiteiro, os indicadores económicos a considerar na revisão de preços são os correspondentes ao período em que os trabalhos por ela abrangidos deveriam ter sido executados, exceto quando o C (índice t) resultante desse cálculo for inferior ao que resultaria da aplicação dos indicadores económicos do mês em que os trabalhos foram efetivamente executados, caso em que deve ser considerado o C (índice t) de menor valor. -----

---- Quando se verifique avanço no cumprimento do plano de trabalhos e do correspondente plano de pagamentos aprovados, os indicadores económicos a considerar na revisão são os correspondentes ao período em que os trabalhos por ela abrangidos foram efetivamente executados. -----

---- Conclusão: -----

---- Pelo atrás descrito a revisão de preço é sempre obrigatória, trate-se de uma prorrogação graciosa ou legal, a sua materialização é que dada pela aplicação do cronograma financeiro inicial ou pelo cronograma financeiro aprovado (aquando da aprovação da prorrogação) respetivamente. -----

---- No caso em apreço, da revisão de preço da Escola Secundária de Tondela-Lote 1., o período respeitante à prorrogação graciosa é referente aos meses de fevereiro e março de 2022, meses em que o valor dos trabalhos realizados foi de 57.639,87€, dos quais 57.633,20€ correspondem ao valor a rever, correspondendo a trabalhos que no cronograma inicial deveriam ter sido realizados em janeiro de 2022. Sendo o índice de janeiro 2022 é inferior ao de março 2022 (1.171032 contra 1.217500) foi aplicado o índice de janeiro, traduzindo-se num valor de revisão de 9857.12€. Os índices utilizados são os previstos nas tabelas aprovadas para a revisão de preços, os critérios de cálculo são os previstos no CCP, que define que, apesar de haver prorrogações graciosas o empreiteiro tem direito à revisão de preços nos termos da lei, tendo o cálculo da revisão colocada em apreciação e a deliberação sido realizado nestes termos, e que nestes termos, entendo nestas circunstâncias estarem esclarecidas as questões colocadas na reunião anterior . ” -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

3- Conta final da empreitada Reabilitação da Escola secundária de Tondela, 2ª fase, Lote 1 - Requalificação dos Arranjos exteriores

---- Foi presente a conta final da empreitada " Reabilitação da Escola Secundária de Tondela, 2ª fase, Lote 1 – Requalificação de Arranjos Exteriores ", no valor de 302 014,93€ com IVA incluído à taxa legal em vigor e adjudicada à empresa Edibest – Engenharia e Construção Lda. -----

---- O senhor vereador Fernando Sousa disse que a empreitada tem danos causados pelo empreiteiro que nunca foram reparados, já por si evocados na primeira reunião ordinária pública do presente mandado, como é o caso dos danos causados nas grelhas junto ao pavilhão F, que coloca em perigo quem aí passa, pelo que o empreiteiro deveria ser responsabilizado pela reparação antes da receção da obra. -----

---- A senhora presidente respondeu que todos os danos estão a serem avaliados pelos técnicos responsáveis, sendo que se se verificar que o empreiteiro é responsável, o mesmo terá que repará-los, tal como possíveis defeitos de construção e que possam manifestar até à receção definitiva da obra. -----

--- Colocada à votação, a conta final foi aprovada por maioria, com as abstenções dos senhores vereadores: Francisco Coutinho, Fernando Sousa e Ana Maria Coimbra, com o mesmo justificativo evocado na declaração de voto do ponto anterior. -----

---- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, de acordo com o exposto no número 4 do artigo 34 do Decreto-Lei 4/2015 de 7 de janeiro conjugado com o número 3 do artigo 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro. -----

ENCERRAMENTO

---- Nada mais havendo a tratar, pela senhora presidente foi declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente ata, ao abrigo do artigo 57, número 2 da Lei 75/2013 de 12 de setembro e devidamente assinada por mim, Maria Isabel Cabral Estrela, que a subscrevi. -----


